



## CONVENÇÃO DO CEN - RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA NACIONAL

Albufeira, 1 de junho de 2019

*“Quando eu morrer voltarei para buscar, os instantes que não vivi junto do mar.”*

O Algarve e a sua relação com o Atlântico lembram-nos este verso de Sophia de Mello Breyner. Recorda-nos o nosso Destino Manifesto de país onde acaba a terra e começa o mar. Aqui, no Algarve, cresceu Portugal como uma ideia, em parte incerta, mas certamente junto ao oceano. Reunidas na Escola de Sagres pelo Infante D. Henrique, as mais importantes mentes ligadas à ciência, à estratégia e à navegação fizeram o Portugal do futuro: Europeu, Atlântico e Lusófono.

Poucos países do mundo beneficiam do luxo de ter uma identidade tão clara – de longa duração e consensualizada – baseada nas suas fronteiras físicas e nos prolongamentos vindos do mar azul que se avista das janelas deste hotel em que nos encontramos.

**Portugal é um Estado euro-atlântico e Lusófono, membro de uma tripla aliança: a União Europeia, a NATO e a CPLP.** Este triângulo não deve ser hierarquizado, pois é quando se encontra em equilíbrio que estamos melhor posicionados para responder aos nossos desafios. A estas posições constantes na nossa História juntam-se, depois, dois pilares igualmente fundamentais. Primeiro, as **Comunidades Portuguesas**, um imperativo, pois o maior ativo de um país é o seu povo, esteja ele onde estiver. Segundo, a **extensão da plataforma continental para lá das duzentas milhas marítimas**, mais do que duplicando o território nacional.

**Este Portugal, sonhado pragmaticamente, em forma de pentágono, não é pequeno, nem periférico. É grande e central.** Como referi no discurso que fiz em Cabo Verde sobre a política externa portuguesa, as nossas fronteiras históricas, culturais, afetivas e estratégicas começam na Europa, estendem-se ao Atlântico, incluem uma plataforma continental que pode ir para além das 200 milhas marítimas, e atingem a América do Norte. Descem ainda o vasto oceano em direção ao sul e, com os países de língua oficial portuguesa,



cruzam horizontalmente o continente africano, até chegarem ao Índico. Vão até à intersecção deste mar com o Pacífico e incluem mesmo todos os cantos do mundo onde estão comunidades portuguesas e luso-descendentes.

Com base nesta visão, o Partido Social Democrata defende uma estratégia de inserção internacional de Portugal assente nos seguintes vetores.

O primeiro é a **União Europeia**, um espaço de congruência entre os nossos valores e interesses essenciais: a Liberdade, a Democracia, os Direitos Humanos, o Estado de Direito, a Economia de Mercado, o Desenvolvimento Económico-Social, a segurança física e material dos portugueses.

Éramos europeístas mesmo antes de sermos partido, através do pensamento de Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão ainda na ala liberal. Somos europeístas hoje e participamos com convicção no consenso que existe entre os partidos que têm governado Portugal desde a instauração do regime democrático sobre a prioridade da integração europeia na política externa portuguesa.

Continuamos a defender a manutenção de Portugal no "núcleo duro" de uma Europa cada vez mais unida, na linha definida no cenário 5 do Livro Branco da Comissão, que prevê fazermos "muito mais todos juntos", não tendo dúvidas de que a União Europeia tem de se tornar uma grande potência mundial se quiser ter relevância no sistema internacional cada vez mais dominado pelo equilíbrio tripolar Estados Unidos-China-Rússia.

As nossas prioridades neste âmbito são muito concretas e claras, não fazendo quaisquer concessões a partidos extremistas, de direita ou de esquerda, seja para conseguir maiorias parlamentares, seja para formar governo. Que não reste nenhuma dúvida: o PSD não se coligará, formal ou informalmente, com forças partidárias anti-União Europeia e anti-Euro.

É essencial ter em conta que, **durante o mandato do próximo Governo, Portugal assumirá a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia** (no primeiro semestre de 2021). Consideramos, por isso, ser mais importante do que nunca que não restem quaisquer dúvidas no exterior quanto ao compromisso inequívoco do próximo executivo com a nossa prioridade europeia.

É igualmente fundamental que o país elabore uma agenda com assuntos bem definidos, conciliando os interesses nacionais e os europeus.

Consideramos que é prioritário **continuar a lutar por uma União Europeia virada para o Atlântico, que abraça África e as Américas**, evitando a tentação do excesso de “continentalização” e de “léstização”. Nesse sentido, temos de aproveitar a presidência portuguesa para organizar as **cimeiras UE/África e UE/Brasil**.

É também essencial **completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária**, dando passos concretos, acelerando e agilizando a **União Bancária** com a indispensável **criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos**, a par dos existentes Mecanismo Único de Supervisão e Mecanismo Único de Resolução.

Devemos empenhar-nos no **Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027**, tendo em vista salvaguardar os legítimos interesses de Portugal e garantir que a UE dispõe dos recursos necessários à prossecução dos seus objetivos, nomeadamente a coesão económica, social e territorial.

Outra prioridade tem de ser a gestão da **relação futura com o Reino Unido, no pós-Brexit**. Não tenho dúvidas de que o Reino Unido fará sempre parte da Europa, mesmo podendo não ser membro da União Europeia. Nunca poderemos dispensar o valor que este Estado acrescenta à UE, particularmente ao nível da segurança e defesa, nem a importância da histórica aliança luso-britânica. Por isso, devemos defender que o nosso mais velho aliado se mantenha alinhado com o resto dos Estados Membros e, a nível bilateral, tudo devemos fazer para reforçar as relações Portugal-Reino Unido, desde logo de forma a fazer valer os direitos das nossas comunidades naquele país, mas também no sentido de aprofundar os vínculos económicos e securitários.

Do topo da nossa agenda tem igualmente de fazer parte o avanço na **Cooperação Estruturada Permanente**. Temos de apoiar uma maior cooperação europeia na área da defesa e vemos como muito positivos os princípios do *Burden Sharing* e da não duplicação de capacidades entre países; mas isso não pode ser visto como uma tentativa de caminhar para um exército único

européu, nem de diminuir o papel da NATO. Não podem existir dúvidas sobre o caráter essencial e insubstituível da Aliança Atlântica para a proteção da Europa. A defesa europeia tem de ser entendida como contraponto e nunca como contraparte à NATO.

A nossa participação como membro desta organização traduziu e traduz um necessário incremento da segurança nacional, perante uma crescente sociedade de riscos e ameaças que os tempos nos vão exibindo.

Desde as fronteiras físicas aos ataques externos no ciberespaço, desde uma intensa cooperação na luta contra o terrorismo, à projeção de forças em missões externas que promovam a paz e a proteção dos mais carentes, justifica-se o envolvimento português na NATO, quer pensando em nós próprios, quer assumindo uma perspetiva cooperativa, propiciadora de maiores garantias globais e regionais de segurança.

As nossas capacidades militares não traduzem um potencial dissuasório adequado perante algumas eventualidades que infelizmente se podem configurar no presente e no futuro.

Somos e seremos então parceiros leais e responsáveis numa lógica simultânea de solidariedade mais ampla e de defesa dos nossos interesses vitais.

Não podemos ignorar o problema **da imigração ilegal, da pressão migratória e da crise dos refugiados**, nem o impacto que têm tido nos sistemas político-partidários tradicionais de vários Estados da União Europeia. Temos, por isso, de defender em primeira instância a estabilização dos países de origem de migrantes e refugiados, seja pelo ataque total às organizações fomentadoras do caos, seja pelo apoio económico a Estados com poucas condições para lidarem com o seu brutal crescimento populacional. Mas, para além desta ação mais preventiva, preconizamos também a distribuição proporcional de migrantes dentro da UE e a distinção clara entre o apoio que deve ser dado a refugiados - em relação aos quais temos obrigações que decorrem do direito internacional - e a migrantes económicos, cuja legítima procura por melhores condições de vida tem de ser considerada à luz das necessidades reais de cada país de acolhimento. A estas medidas, é

imperioso juntar a combinação de mecanismos apertados de controlo e verificação com uma integração solidária e realista de migrantes, procurando, assim, evitar a ostracização que muitas vezes gera insegurança e radicalismo.

Não podemos escamotear o efeito das Mudanças Climáticas, que estão a transformar a paisagem mundial, nomeadamente em África; desertificando, extinguindo espécies vegetais, espalhando pandemias, reduzindo reservas de água potável e salinizando solos outrora férteis. Por via disso, alguns Estados desestruturaram-se, tornando-se excessivamente frágeis, não retendo os seus habitantes, transformados em “deslocados ambientais” que procuram na Europa um local de refúgio e garantia de vida.

Outro problema fundamental dos nossos dias, em parte decorrente desta questão, consiste na **ascensão de partidos populistas, extremistas e anti-europeus**. É preciso denunciá-los e combatê-los energicamente, sem cêndências morais e programáticas, desmascarando o carácter antiliberal, anti-europeu e xenófobo do populismo extremista de direita e de esquerda.

Simultaneamente, é preciso reformar profundamente os partidos políticos tradicionais, colocando-os a representarem novamente os representados, tentando acabar com as más práticas de recrutamento político que afastam perigosamente os melhores do serviço público. É fundamental resistir à pressão acéfala da política espetáculo e pôr fim ao divórcio entre as agendas virtuais dos corredores da política e as preocupações reais das pessoas comuns.

O segundo vetor é o **Vínculo Transatlântico**, a compensação vinda pelo mar que atenua a pressão continental terrestre.

A especificidade de Portugal, situado no extremo ocidental da Europa e tendo o Atlântico como segunda fronteira, faz com que a relação transatlântica seja para nós mais importante do que para qualquer outro país europeu. Numa Europa fundamentalmente continental, cada vez mais virada para Leste e de costas voltadas para o Oceano que une os dois lados do Ocidente, o país torna-se periférico e estrategicamente marginal. Numa Europa apostada no laço transatlântico, Portugal ganha centralidade e tem um maior

poder de influência dentro da União Europeia, reforçando em simultâneo a sua influência no Atlântico e no resto do mundo.

O PSD defende por isso, sem ambiguidades, o reforço da relação transatlântica, sendo para nós muito claro que é aqui, no mundo euro-atlântico, que está o nosso centro de gravidade.

Vemos, por isso, com preocupação algumas variações que parecem estar em curso na política externa portuguesa, seja por opção, seja por influência da denominada geringonça. A este propósito, permitam-me um parêntesis para dizer que ainda estou hoje para perceber a razão pela qual o governo português se fez representar por segundas linhas na cerimónia nacional comemorativa dos 70 anos da NATO.

**A nossa preferência neste vetor está naturalmente na relação bilateral com os Estados Unidos da América – a superpotência mundial que é também a grande potência atlântica – e na relação multilateral institucionalizada na NATO.** É aí que se garante de forma decisiva a segurança dos espaços territoriais continental e insulares de Portugal, mas também da sua vasta zona económica exclusiva. Todavia, nesta área têm também relevância as relações com o Canadá, um país com imenso potencial ao nível económico, onde reside uma significativa comunidade portuguesa e onde existem novas oportunidades resultantes do acordo de comércio livre CETA.

A abordagem neste âmbito tem sempre como **uma das prioridades a questão das Lajes.** Devemos defender o acordo dos Açores, quer no âmbito bilateral, quer multilateral, e esperamos que os Estados Unidos reconheçam a cada vez maior importância da base açoriana, levando em conta os interesses portugueses, numa altura em que é crescente a presença da Rússia e da China no Atlântico.

Outra prioridade é **o reforço do nosso compromisso com a NATO,** que, como já foi dito, é o principal garante da segurança do nosso país, devendo Portugal assumir, num prazo razoável, o cumprimento da meta de 2% do PIB em gastos em defesa, tal como foi acordado em 2014 pelos Estados-Membros.

É preciso igualmente aprofundar a relação económica. Considero importan-

te a existência de um acordo bilateral de comércio livre entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, vendo assim como desejável o regresso das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento.

### **Mas o reforço do vínculo transatlântico também passa pela valorização do Atlântico Sul.**

À imagem do ocorrido há algumas décadas na parte Norte daquele oceano, deveria começar a ser equacionada a eventual constituição de uma organização análoga à NATO, formada pelos Estados costeiros da África e da América do Sul, de modo a garantirem a segurança do Golfo da Guiné, a exploração dos recursos aí existentes e a manutenção de um trânsito marítimo livre e sem constrangimentos

O terceiro vetor é o **Espaço Lusófono**, sendo ele que assegura a singularidade portuguesa e distingue o nosso país de todos os outros, traduzindo-se na relação especial, bilateral e multilateral, com os Países de Língua Oficial Portuguesa; seja na política, seja na economia, seja na cultura, seja, acima de tudo, nos afetos.

Se há uma marca distintiva do PSD em política externa ela é a Lusofonia. Há muitos anos que somos o Partido mais Lusófono de Portugal. Desde logo, no que diz respeito ao Países Africanos de Língua Portuguesa, que ocuparam persistentemente um lugar especial nos nossos programas políticos e na nossa ação quando fomos governo. Foi nos executivos de Aníbal Cavaco Silva que com José Manuel Durão Barroso se deu a completa normalização das relações com todos os PALOP, através da afirmação do princípio de uma ligação assente no respeito total pela soberania de todos os Estados e na orientação de que as relações são com os governos em funções, sem intromissões na vida interna dos países. Mas também sempre consideramos prioritárias as relações com o Brasil e com Timor Leste.

**É fundamental aprofundar os vínculos bilaterais com os países lusófonos**, uma vez que a nossa proximidade a estes Estados, alguns deles com um enorme potencial para serem potências emergentes e economias em quase constante crescimento, é um claro trunfo que aumenta a nossa capacidade

negocial ao nível internacional, o nosso prestígio e a nossa importância relativa.

Para além destas razões, o ***facto de dois parceiros lusófonos - Angola e Brasil - serem grandes potências regionais pode também ser muito importante do ponto de vista político e económico.***

**No plano multilateral, é fulcral revitalizar a CPLP**, que foi e continua a ser uma ótima ideia, ainda que até agora subaproveitada. Aqui, Portugal pode fazer muito mais, até porque tem o seu secretariado-executivo neste biénio 2019-2020. Em concreto, devemos propor uma reforma da organização, desde logo admitindo o ***aumento da duração do tempo de mandato do Secretário Executivo***, permitindo assim uma maior continuidade e coerência na ação e na estratégia. Propostas como o ***Regime de Mobilidade Própria da CPLP***, o ***aumento exponencial das relações económicas*** e o ***alinhamento estratégico em organizações internacionais*** devem igualmente estar na linha da frente das nossas prioridades.

A par disto, devemos **procurar potenciar a componente securitária desta parceria**, promovendo mais exercícios conjuntos e trocas de competências, no sentido de garantir uma presença importante numa zona com o potencial estratégico tremendo que tem o Atlântico Sul, sempre com respeito pela vontade soberana de todos os Estados.

Nesse enquadramento, relevamos o interesse e utilidade das várias missões técnicas levadas a cabo pelas forças armadas portuguesas em alguns Estados africanos, não só apoiando a reorganização das suas forças armadas, como participando em operações de socorro e de proteção das suas populações perante a emergência de verdadeiras tragédias ambientais.

As ações referidas e executadas numa base bilateral têm para nós o mesmo valor e importância se o forem nos âmbitos da UE, da NATO ou da ONU.

É também fundamental que **Portugal assuma um papel ativo na ligação entre o mundo lusófono e a União Europeia**, aproveitando, inclusive, o já referido facto de assumir a presidência do Conselho Europeu em 2021.

As **Comunidades Portuguesas** são o quarto vetor da estratégia de inserção internacional de Portugal. Como disse no início, o povo é o maior ativo de um país, esteja ele em Portugal continental, nas ilhas atlânticas, ou nas Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes espalhadas por todos os “cantos do globo”. Estas últimas são um elemento fundamental da nossa gente e um símbolo da vitalidade da nação portuguesa. São elas que garantem o prolongamento do nosso espaço de influência a todo o mundo. Por isso, esta tem de ser uma nova grande prioridade nacional.

A ligação histórica às Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes é outra das grandes marcas distintivas do PSD em política externa, tendo constituído para nós uma prioridade muito antes de o ser para os outros partidos. Dando continuidade a isso, propomo-nos **reforçar e aprofundar a ligação a Portugal dos membros daquelas Comunidades, em termos económicos, culturais, sociais e cívicos.**

Para tal, é preciso **adequar a rede consular à realidade atual das Comunidades Portuguesas**, corrigindo algumas decisões da última reestruturação e adaptando-a aos mais recentes fluxos de emigração.

Outra prioridade tem de ser a **modernização dos serviços consulares**, de modo a permitir uma mais expedita capacidade de resposta, reconhecendo-se que esta não tem sido satisfatória. Do mesmo modo, temos de criar **as estruturas e os mecanismos que permitam dar todo o apoio à integração nos respetivos países de acolhimento**, promovendo muito em especial o **exercício do direito de voto** nesses Estados. Impõe-se também **estimular a iniciativa empresarial nas Comunidades Portuguesas**, em ligação estreita às embaixadas e ao AICEP.

Para tudo isto será importante **valorizar a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, dentro da estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros**, que, em anteriores governos do PSD, já teve justamente a designação de Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

Portugal sempre teve o seu destino ligado ao **Mar**, sendo ele um vetor essencial da nossa afirmação no mundo. Consciente desta realidade geográ-

fica, histórica e geopolítica há muito tempo que o PSD elegeu a nossa outra fronteira como um designio nacional, tendo sido dirigentes do partido quem mais se bateu por isso. Como referiu Aníbal Cavaco Silva, "Ao apostarmos na economia do mar, estamos a apostar numa nova centralidade para Portugal. Já não o país onde a Europa acaba, mas o país onde o mar e o mundo começam".

Como já antes referi, podemos estar próximos do aumento da nossa plataforma continental, e tal obriga-nos a um profundo esforço na prossecução de várias políticas do Estado português.

Em primeiro lugar, uma reanálise de todos os programas levados a cabo em universidades e centros de investigação nacionais, que têm em vista um maior conhecimento da realidade dos fundos marinhos dos domínios animal, vegetal e mineral. É necessário um diagnóstico dos conhecimentos que já obtivemos, das dificuldades a percorrer, dos objetivos a atingir, das parcerias a celebrar, das áreas externas a desenvolver.

Em segundo lugar, prever e definir formas de financiamento público e privado de modo a que alguns daqueles projetos se tornem realidade de execução imediata, para que Portugal não corra o risco de um mau início nessa nova aventura, antes se organizando em todos os planos.

Em terceiro, e antecipando os problemas de segurança que são previsíveis naquela zona, é necessário equacionar o reforço dos meios aeronavais para as Forças Armadas Portuguesas, de modo a adequá-las a missões mais árduas e intensas.

Em vários domínios, quando se constata a existência de um vazio surge sempre uma tendência para a sua ocupação. Se Portugal não cumprir as suas obrigações neste domínio é muito provável que outros Estados de vocação atlântica se ofereçam para o fazer. É um risco a que deveríamos ficar imunes.

Por último, seria de grande utilidade para Portugal e Cabo Verde uma estreita conjugação de esforços na gestão das respetivas extensões das plataformas continentais, dado o facto de geograficamente se aproximarem, como

também a possibilidade de uma maior eficiência operacional na agilização da utilização de meios e ações comuns.

A **internacionalização da economia portuguesa** é o sexto vetor. Como referiu Francisco Sá Carneiro, "a história ensina-nos que os períodos de grandeza de Portugal são aqueles em que o país está aberto ao mundo e que os períodos de decadência, e até da perda da independência, coincidem com os períodos de isolamento, que são sempre uma atitude de provincianismo e de insuficiência".

Esta internacionalização é decisiva desde logo porque **as relações internacionais dos dias de hoje são cada vez mais relações económicas internacionais**. Mas também devido ao facto de **o modelo de desenvolvimento económico nacional pelo lado do consumo público e privado estar esgotado**, pois o nível de endividamento do Estado, das empresas e das famílias não permite a sua viabilidade. Deste modo, o nosso modelo de crescimento económico tem de se centrar nas exportações e na atração de investimento estrangeiro.

**Temos, por isso, de apostar fortemente numa Diplomacia Económica destinada a apoiar a internacionalização das empresas portuguesas**, tendo sobretudo em atenção quatro aspetos nucleares:

1º) A diversificação dos mercados das nossas exportações, concretamente através do apoio às exportações para as regiões que se apresentam como novas oportunidades: Magrebe, América Latina e Médio Oriente;

2º) O fortalecimento da relação com os parceiros com que temos maiores défices comerciais;

3º) O fomento dos produtos e serviços transacionáveis com mercado na economia global;

4º) O *rebranding* da imagem de Portugal, adicionando à imagem de destino turístico a de país de bens e serviços de qualidade.

**Por tudo isto, a reforma da AICEP tem de ser uma prioridade no campo da nossa diplomacia económica**, no sentido de torná-la um facilitador de facto

para as empresas portuguesas.

Urge, igualmente, **apoiar as empresas portuguesas com dificuldades de cumprimento de contratos e de repatriamento de capitais em países que estão a atravessar um período de crise económica, assim como aquelas que podem vir a sofrer mais com as consequências do Brexit.**

O sétimo vetor é a **Política de Cooperação**. O desenvolvimento de uma política de cooperação integrada no quadro estratégico mais abrangente da política externa portuguesa permite a defesa dos interesses de Portugal e a satisfação das necessidades prioritárias dos nossos parceiros privilegiados, com natural destaque para os PALOP, o Brasil e Timor-Leste.

**O PSD defende por isso a atribuição de uma maior prioridade à política de cooperação**, com destaque para a **promoção do ensino da Língua Portuguesa**, para a **cooperação económico-financeira**, para a **cooperação na área da segurança e defesa** e para o real **empenho no quadro da política de ajuda ao desenvolvimento das Nações Unidas**.

Neste sentido, entre as principais medidas, devemos encarar um aumento do número de bolsas de estudo em Portugal atribuídas pelo Instituto Camões; a consolidação dos Programas Estratégicos de Cooperação já existentes e a sua extensão aos países lusófonos ainda não abrangidos por eles; um forte investimento na Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, aprofundando as parcerias público/privadas; a assinatura de projetos de cooperação delegada, nomeadamente ao nível da educação, da formação profissional, e do setor financeiro, entre outros; e o recurso crescente aos bancos multilaterais para financiamento da cooperação.

Também importante neste âmbito, sem pôr em causa a prioridade absoluta dada aos países de língua portuguesa, é a **ampliação da geografia da cooperação do país**, com especial incidência ao espaço europeu, latino-americano e da África do Norte.

É cada vez mais evidente a interpenetração entre as Políticas de Defesa e de Negócios Estrangeiros, e, a tal ponto, que em determinados momentos estas últimas só adquirem plena eficácia se existir um vetor militar forte e

competente para as viabilizar. O "hard power" é um sustentáculo "viabilizador" do "soft power".

A interpenetração referida é apenas um dos vários exemplos a considerar nos desempenhos de diferentes funções do Estado.

A relação que a Defesa Nacional estabelece com a Segurança Interna, a política de Informações Estratégicas ou a Proteção Civil consagra um dos esteiros mais significativos constatável nos Estados modernos. Sendo áreas distintas, funcionalmente separadas, diferentemente tuteladas, dispondo de operadores específicos e próprios de cada uma delas, cada vez mais se expressam e consagram intersecções funcionais, operações conjuntas, ações simultâneas e abordagens síncronas. As separações do passado cedem hoje lugar à cooperação, à integração e à interoperabilidade.

Os Estados Modernos, com a multiplicidade de funções a desenvolver e problemas a abordar, têm de evitar desperdícios, redundâncias e gastos inúteis. A essa luz, o "uso dual" de equipamentos, pessoas e sistemas é a resposta à debilidade financeira, à parcimónia de recursos e à necessária produtividade das organizações.

Quando a Armada Portuguesa protege as nossas costas, fá-lo com vários fins e para vários destinatários, mas apenas com um meio e um só propósito: servir Portugal e todos os portugueses.

Quando a nossa Força Aérea vigia o espaço aéreo, fá-lo em âmbitos de segurança militar, civil ou ambiental. Serve Portugal como um todo.

Quando o nosso Exército garante a proteção e a intervenção nos domínios de armas químicas, bacteriológicas ou nucleares, fá-lo para todos os portugueses.

Quando o território português é afetado por graves contingências ambientais, serviço de proteção civil, bombeiros, fuzileiros, pilotos, patrulhas da GNR, destacamentos do exército estão presentes, independentemente das forças a que pertencem ou do Ministério que os tutela. Servem Portugal e os portugueses.

O PSD pretende que esta atitude de cooperação e encontro das soluções mais adequadas, sem aumentos desnecessários de recursos, seja um dos critérios mais relevantes no empenhamento da resolução de alguns problemas nacionais.

A Defesa Nacional procura garantir a segurança das pessoas, das entidades e do Estado. Procura ainda participar, sob a forma que se revelar a mais adequada, na proteção dos portugueses, onde quer que eles se situem.

É a população que tem de estar sempre em primeiro lugar: o seu modo de vida, a sua propriedade, a sua liberdade de pensamento, a sua realização.

Os cidadãos têm estes direitos, mas também o dever de contribuírem numa ação solidária a favor de tudo o que nos é comum.

Não devemos reclamar direitos sem cumprirmos obrigações.

As nossas Forças Armadas têm um estatuto diferenciador de outras instituições, pois, com base na sua ação, formou-se Portugal. Elas conquistaram o nosso território e defenderam-no quando foi necessário. Sem elas, não existíamos.

Prestar-lhes homenagem e respeito é, hoje, colocar algumas questões que têm impacto financeiro e são por isso, de mais complexa resolução, mas é, também, relevar matérias que pouco ou nada implicam um esforço orçamental, como sejam, por exemplo:

- A desconsideração por vezes levada a cabo sobre as suas chefias e a instituição como um todo;
- A ultrapassagem à cadeia de comando militar, em várias circunstâncias, operada pelo poder político, consultando associações socioprofissionais antes daquela;
- A ignorância do papel do Exército e dos meios necessários ao cumprimento das suas missões;
- As restrições e dificuldades que tantas vezes lhes são colocadas;

- A ausência de modernização e expansão do Hospital das F.A., prejudicando com isso a “família militar”;
- O desprezo pelas indústrias de Defesa, cuja importância no emprego qualificado, nas exportações e na renovação tecnológica não deve ser minorizada;
- A não criação de condições de maior atratividade para a carreira militar;
- Ou o estado a que chegou o IASFA, não garantindo por isso a rentabilidade do seu património.

Por tudo isto e muito mais se pode acrescentar que o setor da defesa tem sido negativamente afetado pela ação do presente poder político, não se percebendo sequer a visão, os objetivos e a orientação da sua ação

Há ameaças que ainda se mantêm, outras que regressaram e ainda outras que emergem com visível intensidade.

O Atlântico Norte voltou a ser atravessado por submarinos russos; o terrorismo do Daesh não está extinto e as suas atrocidades ocorrem em diferentes locais do mundo; os ciberataques a setores e organizações nos países da NATO representam uma nova forma de guerra; as tensões no Mediterrâneo e nas fronteiras dos países Bálticos são uma constante.

Portugal e as suas Forças Armadas têm por isso de estar preparados para uma multiplicidade de ameaças diversas e variáveis que torna difícil a um pequeno, ou médio, Estado ser autossuficiente para conseguir uma resposta adequada. Daí a nossa participação quer na NATO, quer na UE, sabendo-se que a primeira privilegia o “hard power” e a segunda o “soft power”.

Faz por isso todo o sentido recordar o “Multilateralismo” como princípio orientador da nossa ação externa.

**O PSD considera essencial ao interesse de Portugal um multilateralismo efetivo, assente no respeito pela Carta das Nações Unidas e no primado dessa Organização no quadro das relações internacionais.** Defendemos, pois, uma participação ativa de Portugal nas diversas áreas do sistema das



Nações Unidas, como, por exemplo, a Conferência sobre as Alterações Climáticas, a Organização Internacional para as Migrações ou o Alto-Comissariado para os Refugiados.

Por último, não devemos esquecer que o conceito de Defesa que constitucionalmente se perfilha é global, não se restringindo apenas ao vetor militar. Tão importante como este, é lutar pela coesão social nacional, pelo desenvolvimento económico, pela forma de lidar com a natureza, pela promoção das qualificações e da saúde dos portugueses, pelo fortalecimento do tecido empresarial e pela investigação na ciência e na tecnologia.

Sophia de Mello Breyner falou por Portugal, que há de sempre voltar junto ao mar para viver o que não viveu. Luís Vaz de Camões batizou o país como o local "Onde a terra se acaba e o mar começa".

Esta é a nossa ideia de Portugal: um grande país, de mar e terra, de terra e mar.